

2019



*Empresa de Planejamento e Logística S.A.*

# PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA PAINT



# Índice

1 - APRESENTAÇÃO.....	p. 3
2 - PERFIL DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA.....	p. 3
2.1 - NATUREZA JURÍDICA.....	p. 3
2.2 - OBJETO E COMPETÊNCIAS.....	p. 3
2.3 - COLEGIADOS.....	p. 5
2.4 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	p. 5
3 - AUDITORIA INTERNA.....	p. 6
3.1 - ATUAÇÃO.....	p. 7
3.2 - LOCAL DE ATUAÇÃO.....	p. 8
3.3 - FORÇA DE TRABALHO.....	p. 8
3.4 - METODOLOGIA.....	p. 9
3.5 - PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS.....	p. 9
3.6 - PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2019.....	p. 9
3.6.1 - RELAÇÃO DOS TRABALHOS A SEREM REALIZADOS PELA AUDINT EM FUNÇÃO DE OBRIGAÇÃO NORMATIVA, POR SOLICITAÇÃO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO OU POR OUTROS MOTIVOS QUE NÃO A AVALIAÇÃO DE RISCOS, DEVENDO-SE, NOS ÚLTIMOS CASOS, SER APRESENTADA JUSTIFICATIVA RAZOÁVEL PARA A SUA SELEÇÃO.....	p. 10
3.6.2 - RELAÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS COM BASE NA AVALIAÇÃO DE RISCOS.....	p.10
3.6.3 - PREVISÃO DE, NO MÍNIMO, 40 HORAS DE CAPACITAÇÃO PARA CADA AUDITOR INTERNO, INCLUINDO O RESPONSÁVEL PELA UAIG.....	p. 13
3.6.4 - PREVISÃO DA ATIVIDADE DE MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EMITIDAS EM TRABALHOS ANTERIORES E AINDA NÃO IMPLEMENTADAS PELA UNIDADE AUDITADA.....	p. 14
3.6.5 - RELAÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS PARA FINS DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL.....	p. 14
3.6.6 - INDICAÇÃO DE COMO SERÃO TRATADAS AS DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS RECEBIDAS PELA UAIG DURANTE A REALIZAÇÃO DO PAINT.....	p. 15
3.6.7 - EXPOSIÇÃO DAS PREMISSAS, RESTRIÇÕES E RISCOS ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DO PAINT.....	p. 15
3.6.8 - APÊNDICE CONTENDO A DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA UTILIZADA PARA SELEÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA COM BASE NA AVALIAÇÃO DE RISCOS.....	p. 16
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 16
5 - ANEXO I - AÇÕES DO PAINT.....	p. 16
6 - ANEXO II - LEVANTAMENTO DE RISCOS - ÁREA FINALÍSTICA .....	p. 20
6.1 - GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA .....	p. 20
6.2 - GERÊNCIA DE MOBILIDADE.....	p. 21
6.3 - GERÊNCIA DE NEGÓCIOS .....	p. 26
6.4 - GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE.....	p. 28
6.5 - GERÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO .....	P. 29

## 1 - APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, formulado para a implementação das atividades de auditoria no exercício de 2019, no âmbito da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, visa ao atendimento do art. 20, § 1º, do Regimento Interno da Empresa, da Instrução Normativa SFC/CGU nº 3, de 9/6/2017 e da Instrução Normativa SFC/CGU nº 9, de 09/10/2018.

Oportuno observar, que, as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta, estão sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15 do Decreto nº 3.591, de 06/09/2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4.440, de 25/10/2002.

Quando da elaboração do PAINT, a EPL encontrava-se vinculada à Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, da Secretaria Geral da Presidência da República, consoante Decreto nº 8.872, de 10/10/2016 (alterado pelo Decreto nº 8.981/2017), que nos termos do §3º do art. 8º do Decreto nº 3.591/2000, estava jurisdicionada à Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República, quanto as atividades de supervisão de controle interno.

Com a edição da Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019, a Empresa de Planejamento e Logística passou a fazer parte da estrutura organizacional do Ministério do Infraestrutura, conforme disposto no Anexo I, art. 2º, alínea b, item 3, voltando à jurisdição da Controladoria Geral da União quanto às atividades de supervisão de controle interno

## 2 - PERFIL DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA

### 2.1 - NATUREZA JURÍDICA

A publicação da Lei nº 12.404, de 4/5/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012, que autorizou a criação da Empresa de Planejamento e Logística S/A – EPL, visa a necessidade de estruturação de uma Empresa Pública que possa prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário além de planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, bem como as atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias.

Conforme seu Estatuto Social, a EPL é uma empresa pública constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira sujeitando-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

A EPL encontra-se, no âmbito do governo federal, vinculada à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, pertencente a estrutura da Secretaria Geral da Presidência da República, consoante Decreto nº 8.872, de 10/10/2016.

### 2.2 - OBJETO E COMPETÊNCIAS

De acordo com o Estatuto Social, a EPL tem por objeto:

I - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços



pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário.

II - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias.

Ainda, de acordo com o seu Estatuto Social, compete a EPL:

I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;

II - realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;

III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia nos setores de infraestrutura, logística e transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;

IV - participar das atividades relacionadas aos setores de infraestrutura, logística e transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;

V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas aos setores de infraestrutura, logística e transportes;

VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;

VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito dos setores de infraestrutura, logística e transportes em outros segmentos da economia;

VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos nas áreas de infraestrutura e de transportes;

IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;

X - acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;

XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão dos setores de infraestrutura, logística e transportes;

XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão dos setores de infraestrutura, logística e transportes;

XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação para esse fim;

XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;

XV - administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;

XVI - promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor;

XVII - promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e

exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República; -

XXVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;

XXIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;

XX - elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

XXI - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura, de logística e de transportes;

XXII - apoiar o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - CPPI em suas competências, conforme previsto na Lei nº 13.334, de 13/09/2016;

XXIII - prestar serviços na elaboração e estruturação de projetos de infraestrutura, estudos, planejamento e gestão; e

XXIV - exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto.

## **2.3 - COLEGIADOS**

Em cumprimento a Lei nº 13.303, de 30.06.2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), a Empresa de Planejamento e Logística conta com as seguintes estruturas estatutárias colegiadas:

- I. Conselho de Administração – CONSAD;
- II. Diretoria Executiva – DIREX;
- III. Conselho Fiscal – CONFIS
- IV. Comitê de Auditoria; e
- V. Comitê de Elegibilidade.

## **2.4 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

No organograma a seguir estão representadas todas as unidades organizacionais, vigentes, da Empresa:

**LEGENDA**

- Assembleias, Conselho Fiscal, Conselho Administrativo, Diretoria Executiva, Comitês, Presidência e Diretorias
- Assessoria
- Gerências
- Coordenações



### 3 - AUDITORIA INTERNA

Conforme especificado no Estatuto Social, art. 90 a 93 a Auditoria Interna está hierarquicamente vinculada ao Conselho de Administração da EPL.

Além disso, assim como as demais unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta, está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15 do Decreto nº 3.591/2000 e Instrução Normativa SFC/CGU nº 3, de 09/06/2017 - Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

Porém, como descrito anteriormente, a Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República tem como área de atuação todos os órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência – art. 8º, §3º do Decreto nº 3.591/2000.

Assim, a metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU, em conformidade

com a Instrução Normativa SFC/CGU nº 3/2017.

☞ No desempenho das atividades específicas, esta Auditoria Interna atende e remete-se ao Conselho de Administração e aos órgãos de Controle Interno e Externo.

### 3.1 - ATUAÇÃO

O Estatuto Social desta Empresa preconiza que, entre outras atividades, à Auditoria Interna compete:

I - executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da empresa;

II - propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;

III - verificar o cumprimento e a implementação pela empresa das recomendações ou determinações da Controladoria-Geral da União - CGU, do Tribunal de Contas da União – TCU e do Conselho Fiscal;

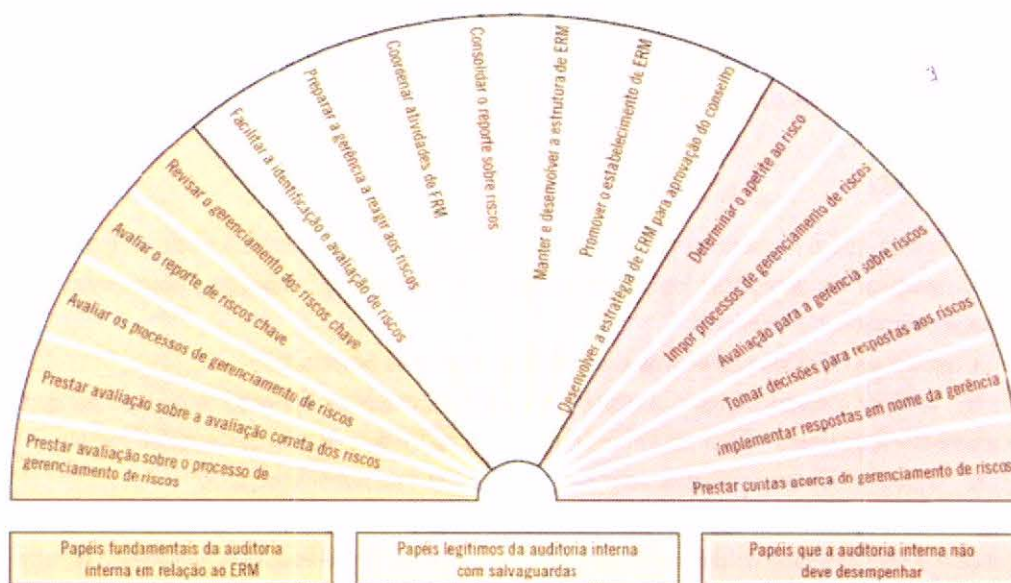
IV - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração; e

V - aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

De maneira ampla e objetiva, disposta na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01, de 10/5/2016, Auditoria Interna consiste em atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança. A auditoria interna se constitui na terceira linha ou camada de defesa da organização, uma vez que é responsável por proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeira linha ou camada de defesa, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização) e da supervisão dos controles internos (segunda linha ou camada de defesa, executada por instâncias específicas, como comitês de risco e controles internos). Compete à auditoria interna oferecer avaliações e assessoramento à organização, destinadas ao aprimoramento dos controles internos, de forma que controles mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos de que os órgãos e entidades não alcancem seus objetivos.

A Auditoria Interna da EPL pretende, a partir de 2019, exercer uma atuação mais presente no gerenciamento de riscos e controles internos da empresa, na medida em que o gerenciamento de riscos seja efetivamente exercido dentro da empresa. Nesta fase de implantação de gestão de riscos, de forma a assessorar a administração, a Auditoria Interna poderá se envolver nos processos de gestão de riscos, prestando suporte ativo e contínuo, assim como no monitoramento de atividades e relatórios de situação, na elaboração de planos de segurança e de formulários de gerenciamento de riscos.

O Papel da Auditoria Interna no Processo de Gerenciamento de Riscos e Controles, segundo o *The Institute of Internal Auditors – IIA*:



ERM - Enterprise Risk Management (Gerenciamento de Riscos Corporativos)

Para respaldar nossa atuação, além do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e outros regulamentos e normas correlatas, encontra-se aprovado desde 10/10/2014 o Manual de Auditoria Interna da Empresa, conforme Ata nº 15 da Diretoria Executiva, referendado pela Ata nº 26, de 03/11/2014, da Reunião Ordinária do Conselho de Administração – CONSAD, bem como pela Resolução nº 01/2014, de 21.11.2014, emitida pelo Diretor Presidente, que dispõe sobre as atividades da Auditoria Interna da EPL e seu relacionamento com demais unidades da estrutura organizacional da Empresa.

Considerando que o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, foi aprovado em 09/06/2017 pela Instrução Normativa nº 3/2017, e que em 2018 foi implantado na empresa o Sistema de Auditoria Interna - Siaudi, solução informatizada para a execução dos trabalhos de auditoria, que contempla as atividades desde o planejamento até a execução, incluindo o acompanhamento das recomendações efetuadas, o referido Manual será revisado para adaptá-lo à IN nº 3/2017 e ao Siaudi.

### 3.2 - LOCAL DE ATUAÇÃO

Apesar de estar previsto no art. 2º do Estatuto Social que a EPL terá escritórios na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, atualmente encontra-se em funcionamento somente a sua sede em Brasília, Distrito Federal. Assim, os trabalhos a serem realizados por esta unidade serão desenvolvidos na sede da empresa, podendo, eventualmente, serem feitos exames em ações descentralizadas a outros órgãos da administração pública.

### 3.3 - FORÇA DE TRABALHO

Atualmente, a Auditoria Interna da EPL conta com 4 (quatro) colaboradores, incluindo o Auditor Chefe para o desempenho de suas atividades. Considerando os prováveis 253 dias úteis de 2019, obtém-se um total possível de 8.096 horas brutas e 7.392 horas líquidas, conforme demonstrado no quadro a seguir:



Período	Mês Dias úteis												Subtotal H/h anual	Férias	H/h anual líquido
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Nº de Dias	22	20	19	21	22	19	23	22	21	23	20	21			
Auditor Interno	176	160	152	168	176	152	184	176	168	184	160	168	2.024	176	1.848
Coordenador-Adjunto	176	160	152	168	176	152	184	176	168	184	160	168	2.024	176	1.848
Assessor Técnico	176	160	152	168	176	152	184	176	168	184	160	168	2.024	176	1.848
Assistente	176	160	152	168	176	152	184	176	168	184	160	168	2.024	176	1.848
<b>TOTAL</b>	<b>704</b>	<b>640</b>	<b>608</b>	<b>672</b>	<b>704</b>	<b>608</b>	<b>736</b>	<b>704</b>	<b>672</b>	<b>736</b>	<b>640</b>	<b>672</b>	<b>8.096</b>	<b>704</b>	<b>7.392</b>

A dedução de 704h (176 horas x 4 Pessoas) horas refere-se a gozo de férias legais dos colaboradores.

Sendo assim, buscou-se elaborar o PAINT em consonância às competências da Audint e a metodologia prevista na IN/CGU nº 9, de 09/10/2018, que define diretrizes e procedimentos a serem adotados para esta elaboração, alinhado também à missão da EPL e em favor da governança da Empresa.

### 3.4 - METODOLOGIA

As atividades de Auditoria serão conduzidas de acordo com a seguinte metodologia:

- I - Planejamento do trabalho;
- II - Execução do trabalho;
- III - Emissão de Relatório de Auditoria;
- IV - Emissão de Pareceres;
- V - Emissão de Notas Técnicas;
- VI - Emissão de Notas de Auditoria; e
- VII - Orientações sobre procedimentos resultantes de consultorias.

### 3.5 - PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

Atuando na terceira linha de defesa, cuja finalidade específica é a medição e avaliação da eficácia e eficiência dos controles internos da gestão da organização, as principais atividades da Auditoria Interna são a avaliação e consultoria à alta administração, e orientação às demais áreas da empresa, mediante exames quanto a aderência às normas, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, dos planos, das metas e dos objetivos, identificando eventuais falhas, desvios e potenciais riscos a serem mitigados, recomendando providências necessárias ao aprimoramento e correção de seus processos.

Portanto, os trabalhos de auditoria constituem-se em um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funcionam por meio de acompanhamento de processos, nas diversas atividades, suas rotinas, os custos envolvidos, de forma a mitigar os riscos e avaliar os resultados e propor ações corretivas e de melhorias para garantir a legalidade, a legitimidade, bem como o alcance dos resultados quanto à efetividade, à economicidade, à eficiência e à eficácia na gestão da entidade.

Oportuno registrar que desde o início do exercício de 2018, todos os trabalhos de auditoria passaram a ser desenvolvidos no Sistema de Auditoria Interna – Siaudi, uma solução informatizada que contempla aspectos técnicos, de risco, do planejamento e da execução de auditorias, bem como do acompanhamento das recomendações efetuadas, eliminando os relatórios impressos, com ganhos de eficiência e celeridade, com segurança da informação e dados, bem como a economia de tempo e recursos para a área e a empresa.

### 3.6 - PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2019

O presente Plano foi elaborado em conformidade com as premissas previstas no art. 4º da IN/CGU nº 9, de 9/10/2018, levando em consideração:

- a) o planejamento estratégico;
- b) a expectativas da alta administração e demais partes interessadas;
- c) os riscos significativos a que a unidade auditada está exposta e os processos de governança; e
- d) o gerenciamento de riscos e de controles internos da unidade auditada

### **3.6.1 - RELAÇÃO DOS TRABALHOS A SEREM REALIZADOS PELA AUDINT EM FUNÇÃO DE OBRIGAÇÃO NORMATIVA, POR SOLICITAÇÃO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO E POR AVALIAÇÃO DE RISCOS**

Considerando o Anexo I, onde estão relacionadas todas as ações de auditoria para o exercício de 2019, listamos a seguir os trabalhos que poderão ser realizados em função de obrigação normativa:

- 1) Elaboração do Relatório de Atividades da Auditoria Interna - por força de Instrução Normativa da CGU;
- 2) Contribuição da Audint no Relatório de Gestão - Emissão de Parecer por força de Decisão Normativa do TCU;
- 3) Conselhos e Comitês - Atividade de assessoramento - por força de Lei, Estatuto e Regimento Interno;
- 4) Elaboração do Plano de Atividades de Auditoria Interna - por força de Instrução Normativa da CGU.

Quanto aos trabalhos por solicitação da Alta Administração, Conselho Fiscal e Ciset/PR, não há demandas prévias à elaboração do Paint, todavia, elas podem acontecer no decorrer do exercício de 2019, e neste caso, serão realizadas em caráter de auditoria especial, e relatadas no Relatório de Atividades de Auditoria Interna do exercício de 2019.

Há um particular para atuação da Auditoria Interna em 2019, quanto ao acompanhamento do conjunto de 19 recomendações oriundas dos trabalhos de auditoria da Ciset/PR, consignadas no Relatório Anual de Avaliação da Gestão da EPL, expedido em novembro de 2018, que deverá constituir um plano de providências, envolvendo as áreas de gestão correlatas, com vistas a procedimentos de ajustes, correções e implementações.

### **3.6.2 - RELAÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS COM BASE NA AVALIAÇÃO DE RISCOS**

A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da empresa, abrangendo seus conceitos básicos, princípios, metodologias e diretrizes, foi aprovada em dezembro de 2017 e, em março de 2018, foi constituído o Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos, como segunda linha de defesa. Quanto a efetivação do processo de gestão de riscos, compatível com a missão e os objetivos estratégicos da Empresa, ainda permanece pendente, embora já tenha sido desenvolvido o projeto piloto para sua implantação. Este assunto foi objeto de trabalho desta Auditoria Interna, consignado no Relatório de Auditoria nº 02/2018, e está sendo monitorado pela Audint.

Apesar do esforço empreendido pela área responsável pela gestão de riscos da empresa, ainda não foi finalizada a implantação do mapeamento de riscos, motivo pelo qual não foi possível realizar a classificação dos temas a serem trabalhados por meio de matriz de risco. A responsabilidade pelo estabelecimento da estratégia da organização e da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão é do gestor, que deve relacioná-los a cada processo, cabendo à Auditoria Interna a avaliação.

Todavia, as áreas finalísticas efetuaram um levantamento e identificaram riscos em seus processos, os quais se encontram detalhados no Plano Geral de Gerenciamento de Riscos, um projeto piloto que ainda está sendo elaborado pela Georg.

A minuta do referido Plano foi disponibilizada para esta Audint, do qual foram extraídas as planilhas constantes do Anexo II, que poderão servir de base para priorizar os trabalhos auditoriais na área finalística.

Contudo, é preciso ressaltar que o plano apresentado pela Georg deverá evoluir para o nível mais

detalhado de subprocessos/atividades/projetos, com a definição dos responsáveis pela execução de cada um, de modo a permitir o gerenciamento mais adequado dos riscos, e viabilizando, dessa forma, que a auditoria interna selecione seus trabalhos com base nos riscos.

Caso o plano de gerenciamento de riscos não evolua dessa forma, será avaliada a possibilidade de escolha de um processo apresentado cujo risco seja maior, e então definir os subprocessos/atividades/projetos a serem auditados utilizando outro critérios, como exemplo, o da materialidade.

Cabe ressaltar que esse plano está em fase de minuta, necessitando ainda de validação pelo Diretor Presidente, pelo Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno, e posterior deliberação pelo Conselho de Administração.

Para efeito de materialidade, serão consideradas as informações fornecidas pela área de gestão relativas ao detalhamento das ações e projetos a serem executados no exercício de 2019, relacionados a seguir:

### 1 - DESPESAS - PLOA 2019

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DA UNIDADE			
	Descrição	Valor	Prioridade
1	Locação do oitavo andar e dos conjuntos 01, 04 e 05 do 7º andar da Torre C do Complexo Parque Cidade Corporate, com direito a uso de 114 (cento e quatorze) vagas de garagem e condomínio-CT 08/2012	5.880.000,00	Alta
2	Serviços continuados de apoio às atividades técnico-administrativas para atender as necessidades da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) - CT 25/2017	3.360.000,00	Alta
3	Serviço de suporte à Infraestrutura de TIC nos níveis 01 (central de atendimento), 02 (suporte presencial) e 03 (gestão de ativos) - CT-15/2017	2.000.000,00	Alta
4	Manutenção de infraestrutura de Datacenter, incluindo UPS e Sistema de Refrigeração, para atender demandas da EPL pelo período de doze meses. - CT-18/2017	1.158.300,00	Alta
5	Serviços de locação de veículos de pequeno e médio porte, sem e com motoristas habilitados nas categorias correspondentes, para atender as necessidades da EPL, em Brasília. - CT-05/2014	510.000,00	Alta
6	Serviços continuados de recepcionista, copeira, garçom, carregador e encarregado geral, incluído o fornecimento dos insumos necessários ao atendimento das necessidades da EPL. CT-11/2016	780.000,00	Alta
7	Plano Anual de Capacitação da EPL.	723.000,00	Alta
8	Serviços de vigilância desarmada, diurna e noturna, para atender as dependências da EPL em Brasília - DF - CT-22/2017	641.000,00	Alta
9	Serviços de Agente de Integração para atuar como auxiliar na administração do programa de concessão de vagas de estágio não obrigatório remunerado, a estudantes de nível superior no âmbito da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL - CT 06/2018	479.000,00	Alta
10	Fornecimento de energia elétrica -CEB - CT 19/2018	420.000,00	Alta
11	Serviços de manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais a mão-de-obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no SINAPI - CT-26/2017	338.668,00	Alta
12	Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação nas dependências da EPL. - CT-12/2017	305.221,00	Alta
13	Compra direta de passagens aéreas nacionais (sem intermediação de agências de viagens) - passagens nacionais	200.000,00	Alta
14	Seguro Corporativo da EPL - CT 08/2018	227.700,00	Alta
15	Serviços de suporte técnico e manutenções preventiva e corretiva para os equipamentos de infraestrutura de TI da EPL - CT-11/2017	158.000,00	Alta
16	Serviço de locação de impressoras (Outsourcing) - CT-09/2015	154.722,00	Alta
17	Serviço de agenciamento de transporte terrestre para atender os profissionais e colaboradores, exclusivamente a serviço da EPL, com emprego de ferramentais de gestão, por meio do Taxi, Locadoras ou Serviços de Transporte Individual Privado de Passageiro baseado em Tecnologias de Comunicação de Rede – STIPs. - CT-12/2017	36.000,00	Alta
18	Serviços de Agenciamento de Viagens, que compreende a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) - CT-02/2018	200.000,00	Alta
19	Serviço de publicidade legal impressa e/ou eletrônica - CT-29/2017	50.000,00	Alta
20	Serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) e serviço de telefonia móvel comutado (STFC), com fornecimento de aparelhos em regime de comodato - CT-11/2015	70.000,00	Alta
21	Serviço telefônico fixo comutado - STFC - por meio de entrocamento E1, com disponibilização de ramais DDR a ser executado de forma contínua na EPL - CT-15/2018	50.000,00	Alta
22	Serviços de publicação no Diário Oficial da União, de atos oficiais e demais matérias de interesse da EPL. - CT-20/2013	60.000,00	Alta
23	Locação de espaço físico localizado na cobertura, da Torre "C" para instalação de uma Torre de resfriamento de Ar Condicionado para sala segura da EPL - CT-26/2013	60.000,00	Alta
24	Licenciamento de conteúdos noticiosos e informes econômicos e financeiros "on line" e em tempo real, por meio do Software BROADCAST - CT-27/2017	58.000,00	Alta
25	Prestação de serviço e venda de produtos postais - CT-05/2018	50.400,00	Alta
26	Serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para as dependências da EPL - CT-07/2013	37.857,44	Alta



Empresa de Planejamento e Logística S.A.  
Auditoria Interna

27	Serviços de auditoria independente nas demonstrações contábeis trimestrais elaboradas com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e a Lei das Sociedades Anônimas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Procedimentos Contábeis - CPC - CT-04/2017	18.000,00	Alta
28	Cessão de uso de licença de software para atender o sistema de contabilidade das sociedades anônimas para contabilização de atos e fatos, escrituração contábil, fiscal e patrimonial, com geração dos seguintes demonstrativos: balancetes de verificação, diário e razão, bem como as Demonstrações Financeiras conforme a Lei nº 6.404/76 - CT-10/2016	8.410,00	Alta
29	Confecção e fornecimento, sob demanda, de carimbos e/ou acessórios para carimbos - CT-04/2016	3.300,00	Alta
30	Serviço de uso e manutenção do Sistema de Patrimônio e Almoxarifado (SIADS) - CT-08/2016	18.000,00	Alta
31	Serviços de assinatura anual para acesso aos serviços do Sistema ContratosGov, que possibilite o lançamento das informações dos contratos, aditivos, apostilamentos, pagamentos, acompanhamento da gestão físico-financeira - DL-03/2017	8.000,00	Alta
32	Contratação de empresa especializada em manutenção, preventiva e corretiva, de relógio ponto biométrico - CT-30/2017	3.600,00	Alta
33	Serviços de traduções	66.600,00	Alta
34	Aquisição de materiais de consumo e expediente para atender às necessidades da EPL	40.000,00	Alta
35	Acesso à Internet da Rede GigaCandanga	81.000,00	Alta
36	Diárias nacionais	86.000,00	Alta
37	Diárias internacionais	44.000,00	Alta
	<b>Sub-Total</b>	<b>18.384.778,44</b>	

NOVAS CONTRATAÇÕES – INVESTIMENTO			
	Descrição	Valor	Prioridade
38	Adquirir estações de trabalho	150.000,00	Alta
39	Adquirir Notebooks	196.000,00	Alta
40	Adquirir Monitores	100.000,00	Alta
41	Adquirir licenças de software para leitura, edição, conversão, agrupamento, revisão de arquivos em formato PDF	50.000,00	Baixa
42	Aquisição de materiais para compor as instalações físicas da Biblioteca da EPL.	70.000,00	Baixa
43	Aquisição de materiais bibliográficos estrangeiros, a ser realizado de forma parcelada, necessária à implementação e atualização do acervo bibliográfico da EPL.	35.000,00	Baixa
44	Aquisição de materiais bibliográficos nacionais, a ser realizado de forma parcelada, necessária à implementação e atualização do acervo bibliográfico da EPL.	34.368,00	Baixa
45	Aquisição de fragmentadora de papel	10.000,00	Baixa
46	Aquisição de headset	1.000,00	Baixa
	<b>Sub-Total</b>	<b>646.368,00</b>	

NOVAS CONTRATAÇÕES - CUSTEIO			
	Descrição	Valor	Prioridade
47	Manutenção e atualização de software para orçamento e planejamento de obras	20.000,00	Alta
48	Software jurídico	10.000,00	Alta
	<b>Sub-Total</b>	<b>30.000,00</b>	
	<b>Total Geral</b>	<b>19.061.146,44</b>	

## 2 - PROJETOS PLOA 2019 - PAC

	PROJETO	Valor
	<b>ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA</b>	<b>57.467.718</b>
1	Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA de visando a Concessão de Trechos Rodoviário BR-364/RO-MT (km) - (R\$ 12.000,00/Km)	9.672.000
2	Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA visando a Concessão de Trechos Rodoviários (km) - (R\$ 12.000,00/Km) - verso	16.800.000
3	Contratação de Apoio Técnico Especializado, via PNUD, para definição de Metodologia para Precificação Parametrizada de Obras Rodoviárias	2.500.000
4	Contratação de Apoio Técnico Especializado, via PNUD para atualização de estudos de Terminais Portuários (quantidade de estudos atualizados)	295.718
5	Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA visando a Concessão da EF 151, trecho SP/RS	15.000.000
6	Elaboração de Modelagem de Estudo de Concessão Hidroviária	200.000
7	Gerenciamento de Atividades Técnicas da DPL	3.000.000
8	Elaboração de Projeto Básico e Executivo rodovia Lindem - Mabura Hill/Guyana	10.000.000



PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO		5.290.538
9	Termo de execução descentralizada — Estudos de Investimentos em Transportes	450.000
10	Termo de execução descentralizada — Aprimoramento PNU/ONTL	1.809.144
11	Nova contratação — Extração dos dados da Nota Fiscal Eletrônica	500.000
12	Contrato 09/2017 — Empresa de Imagem	108.920
13	Aquisição de Software (Plug-in) Geo Analytics para o Qlik	229.200
14	Contratação de horas de Consultoria para o QLIK	150.000
15	Serviço de desenvolvimento e testes de sistemas (Fábrica de Software)	1.923.004
16	Serviço de contagem de pontos de função (Escritório de Métrica)	120.270
MOBILIDADE		5.595.936
17	Consultoria/Assessoria - Setor público e privado-Desenvolvimento de metodologia para elaboração de estudos de avaliação de externalidades da implantação de serviços de transporte ferroviário de passageiros*	1.157.730
18	Estudos e Projetos de Viabilidade Técnico-Econômica - Solução de Passageiros na malha remanescente dos contratos de concessão ferroviária	1.800.000
19	Estudos e Projetos de Viabilidade Técnico-Econômica - Solução de Passageiros na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF)*	2.638.206
MEIO AMBIENTE		15.470.000
20	BR-101/BA - contrato em andamento	1.400.000
21	BR-153/TO/GO - contrato em andamento	900.000
22	BR-476/153/282/PR/SC - contrato em andamento	750.000
23	BR-365/364/MG/GO - contrato em andamento	400.000
24	BR-262/MG - contrato em andamento	1.300.000
25	BR-364/060/MT/GO - contrato em andamento	670.000
26	BR-364/RO - contrato em andamento	2.350.000
27	Estudos das Cavidades Naturais - BR-040 - contrato em andamento	800.000
28	BR-163/MS - contrato em andamento	400.000
29	FERROGRÃO e Componente indígena	5.000.000
30	Pagamento de taxas e licenças	1.500.000
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		6.950.000
31	Aquisição e/ou renovação e Atualização de licença Microsoft (das Suites de Escritório Office 365 para estações de trabalho, Sistema Operacional para estações de trabalho, Operacional para servidores Operacional para notebooks, Licenças do Project Professional (gestão de projetos), Licenças do Project Server (licença servidor para ferramentas de gestão de projetos), Licenças do Visio Professional (ferramenta para criação de diagramas), Licenças do Sharepoint Server (plataforma de colaboração), Licenças do SQL Server (banco de dados), Licenças do Skype Server (permite a comunicação pela Internet através de conexões de voz e vídeo), Licenças do Exchange Server (licença servidor para correio eletrônico))	2.000.000
32	Adquirir solução de grande capacidade de armazenamento de dados (storage). Tem como objetivo o armazenamento de dados em um dispositivo que pode guardá-los durante um longo tempo e serem recuperados no momento em que sejam necessários.	2.500.000
33	Adquirir solução de proteção contra ameaças que explorem vulnerabilidades de sistemas recém identificadas por usuários mal intencionados (Vulnerabilidades Zero Day). Tem como objetivo gerar proteção contra ameaças desconhecidas, principalmente direcionadas as esferas governamentais.	700.000
34	Aquisição de solução de segurança para aplicações web (ataques de negação de serviço, firewall de aplicações, segurança na resolução de nomes de Internet, balanceamento de carga) fundamental para inspecionar o tráfego da rede em tempo real, em busca de padrões causados por intrusos ou abusos de usuários e bloqueá-los.	600.000
35	Aquisição de solução de gerenciamento e correlação de eventos de segurança. Tem como objetivo gerar uma maior resiliência, disponibilidade, escalabilidade, integridade dos serviços críticos de TIC. Permite que os eventos gerados por diversas aplicações de segurança (tais como firewalls, proxies, sistemas de prevenção a intrusão (IPS) e antivírus sejam coletados, normalizados, armazenados e correlacionados, o que possibilita uma rápida identificação e resposta aos incidentes.	500.000
36	Aquisição de solução de proteção de senhas das contas de rede ou de sistemas (cofre de senhas), aplicativo para armazenar as credenciais do usuário em um local seguro, e essas informações são criptografadas quando armazenadas em disco.	100.000
37	Aquisição de solução que exige 2 (dois) fatores de autenticação de contas de rede e sistemas. Tem como objetivo gerar um maior grau de proteção no acesso das aplicações, inviabilizando ataques de força bruta.	50.000
38	Serviço de computação em nuvem, privada ou pública	500.000
<b>TOTAL</b>		<b>90.774.191</b>

### 3.6.3 - PREVISÃO DE, NO MÍNIMO, 40 HORAS DE CAPACITAÇÃO PARA CADA AUDITOR INTERNO, INCLUINDO O RESPONSÁVEL PELA UAIG

As ações de capacitação dos Técnicos da Audint dar-se-ão pela participação em cursos, seminários, congressos, dentre outros, buscando continuamente conhecimentos técnicos que promovam o fortalecimento das atividades da Auditoria Interna, abordando os seguintes temas:

- 1) A Lei nº 13.303/2016 e as normas de governança corporativa para as estatais;
- 2) As contratações de bens e serviços de acordo com a Lei nº 13.303/2016;

- 3) Metodologia e planejamento de auditoria;
- 4) Auditoria interna e controles internos governamentais;
- 5) Auditoria e análise de risco na gestão de processos;
- 6) Utilização da ferramenta Tesouro Gerencial para consultas e elaboração de relatórios no planejamento da auditoria ;
- 7) Gerenciamento de projetos; e
- 8) Integridade e compliance nas estatais.

Os investimentos em cursos de capacitação são imprescindíveis para acompanhar as mudanças na gestão pública e os benefícios de um trabalho bem executado.

Nesse sentido, as estimativas de horas encontram-se detalhados no quadro a seguir:

TIPO DE ATIVIDADE	NOME	Nº DE HORAS AULA	CARGO
Cursos, Congressos, Seminários, Conferências etc.	Lauro César de Vasconcelos	80	Auditor Interno
	Jivago Grangeiro Ferrer	80	Coordenador Adjunto
	Dulce Peixoto Nunes Coelho	80	Assistente Técnico
	Ivete Medeiros Luz Barbosa	80	Assessor Técnico
<b>TOTAL DE HORAS/CAPACITAÇÃO</b>		<b>320</b>	

Vale ressaltar que esse é o mínimo de horas previstas, podendo ser realizados outros tipos de capacitação, todavia, essa previsão pode restar prejudicada caso haja contingenciamento de recursos priorizando atividades finalísticas, como ocorreu no exercício de 2018.

### 3.6.4 - PREVISÃO DA ATIVIDADE DE MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EMITIDAS EM TRABALHOS ANTERIORES E AINDA NÃO IMPLEMENTADAS PELA UNIDADE AUDITADA

Em 2017 foi iniciado um trabalho com o objetivo de tratar o estoque de recomendações emitidas pela Audint em relatórios de exercícios anteriores, que se encontravam pendentes de atendimento.

Quando o trabalho foi iniciado havia 53 recomendações pendentes, referentes a relatórios de auditoria produzidos nos exercícios de 2013 a 2016, cujo tratamento foi realizado por etapas. Desse total, 29 recomendações permaneceram na situação de pendentes, e se encontram consignadas no Relatório de Auditoria nº 02/2018.

Todavia, o trabalho não pôde ser concluído e sua continuidade será dada neste exercício com ação específica neste Paint.

Vale ressaltar que o relatório de auditoria acima citado está inserido no Siaudi, e o monitoramento das recomendações, tanto deste relatório como de todos os produzidos pela Audint em 2017 e 2018, já está sendo realizado por meio do referido sistema.

### 3.6.5 - RELAÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS PARA FINS DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

As ações da Auditoria a serem realizadas em 2019 visando a gestão e melhoria da qualidade da atividade da Audint serão:

- 1) Capacitação dos colaboradores em exercício na Audint;
- 2) Atualização e revisão do Manual de Auditoria Interna da EPL;
- 3) Revisão dos Roteiros e Check-lists para aplicação nas ações de auditorias;
- 4) Consolidação do Sistema de Auditoria Interna - Siaudi no âmbito da Empresa, que apresentará os

seguintes resultados:

- a) Economicidade em virtude da eliminação de papel;
- b) Melhoria da interação entre auditor e auditado;
- c) Segurança de dados e informações;
- d) Modernidade tecnológica;
- e) Ganho de eficiência e celeridade processual;
- f) Fácil acesso às informações tanto pelas unidades internas como pelos órgãos externos;
- g) Fortalecimento dos controles internos e a mitigação de riscos;
- h) Padronização de relatórios;
- i) Redução de tempo de trabalho;
- j) Análise dos riscos corporativos;
- k) Acompanhamento *on line* da implementação das recomendações da Audint;
- l) Disponibilização das normas internas e da legislação federal.

### 3.6.6 - INDICAÇÃO DE COMO SERÃO TRATADAS AS DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS RECEBIDAS PELA UAIG DURANTE A REALIZAÇÃO DO PAINT

As demandas extraordinárias recebidas pela Audint estão previstas na Reserva Técnica e Demandas Externas demonstradas a seguir:

Item	DISCRIMINAÇÃO	(d/H/h)	OBJETIVO
I – Reserva Técnica	Atividades de assessoramento à alta Administração da EPL: Reunião de Grupos de Trabalho; Emissão de Pareceres, Notas e Informes de Auditoria etc.	30x2x8=480	Visa assessorar a alta Administração da EPL em diversos assuntos.
II – Demanda Externa	Acompanhamento de trabalhos de auditoria (apoio quando da realização de auditoria pela Ciset/PR)	20x2x8=320	Atendimento ao Controle Interno
	Acompanhamento das diligências e elaboração de minuta de resposta às solicitações.	20x1x8=320	
	Acompanhamento de recomendações e determinações, bem como colaboração na elaboração de minuta de resposta das diligências.	19x1x10=152	Atendimento ao Controle Externo
	Acompanhamento das diligências quanto a prazos e respostas bem como formulação das minutas de respostas.	20X1X10=160	
<b>SUB-TOTAL DE HORAS/HOMEM</b>		<b>1.432</b>	

### 3.6.7 - EXPOSIÇÃO DAS PREMISSAS, RESTRIÇÕES E RISCOS ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DO PAINT

Na elaboração do Paint foram observadas as seguintes premissas: Planejamento Estratégico da empresa; trabalhos realizados pela CGU e Ciset; trabalhos realizados pela Audint; processos considerados como de maior relevância, materialidade e criticidade; e sugestões e determinações dos Órgãos Colegiados

Com relação às restrições que podem interferir na execução do Paint, destacamos o contingenciamento de recursos, que pode interferir na ação de capacitação, e as demandas da Alta Administração ou dos Conselhos e Comitês para realização de auditorias especiais.

Quanto aos riscos associados à execução do Paint, podemos enumerar os seguintes: a inobservância das recomendações emitidas pela Audint; a falta de utilização do Siaudi por parte da unidade auditada e a falta de indicadores de desempenho.

### 3.6.8 - APÊNDICE CONTENDO A DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA UTILIZADA PARA SELEÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA COM BASE NA AVALIAÇÃO DE RISCOS

A seleção dos trabalhos não teve como base a avaliação de riscos, e sim as premissas relacionadas no item anterior.

## 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oportuno salientar, mais uma vez, que, em face das readequações organizacionais implementadas pela assunção do novo governo a partir de abril de 2016, definições de políticas públicas e como consequência também da reorganização vinculativa que a EPL passou a ter, por força da criação da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, a Empresa tem exercitado adequação de realinhamento em seu Mapa Estratégico, inclusive quanto à identificação dos processos, sua priorização, implantação e implementação.

Com vistas a atuação preventiva, pedagógica e de atender às necessidades da Empresa, pretende-se continuamente implementar atividades mediante o aprimoramento qualitativo e consubstancial das ações de auditoria interna, a formação de uma equipe multidisciplinar, ajustando a manualização dos procedimentos de auditoria e o aprimoramento de técnicas e métodos de trabalhos.

Desta maneira, vislumbra-se que a Auditoria Interna da EPL, cumprindo suas competências regimentais, ao assessorar a organização na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos, bem como, elaborar soluções mitigadoras dos riscos identificados, contribuirá, de forma objetiva, disciplinada e independente, com o processo de governança corporativa desta Empresa Pública.

Brasília, 22 de janeiro de 2019



Lauro Cesar de Vasconcelos  
Auditor Interno

## 5 - ANEXO I - AÇÕES DO PAINT

Ação de Auditoria	Nº	Escopo do Trabalho	Objetivos	Avaliação Sumária Risco inerente ao objeto auditado e sua relevância	Período de execução	Nº homens	Dias úteis	Nº de horas	Total H/H	Conhecimentos
Elaboração do Relatório de Atividades da Auditoria Interna RAIN7/2018 Atendimento à IN CGU Nº 24/2015 e Decreto nº 3.591/2000	1	Relatar sobre as atividades de auditoria interna, em função das ações planejadas no PAINT/2018, incluindo também as ações não planejadas.	Atender o art. 14 da Instrução Normativa CGU nº 24 de 17/11/2015.	O RAIN7 relata os trabalhos realizados no exercício anterior e indica as recomendações pendentes de providências que deverão ser objeto de acompanhamento da Audint.	21/01 a 08/02	2	15	8	240	Instrução Normativa CGU nº 9, de 9/10/2018.
Ações de Controle Diárias e Passagens	2	Verificação dos dados/informações exigidos pelos normativos internos, CGU e TCU	Verificar a consistência das informações em confronto com os comprovantes apresentados.	Verificar as informações constantes nos documentos.	11/03 a 05/04	2	20	8	320	Norma interna e legislação pertinente ao assunto.



Contribuição da Auditoria Interna no Relatório de Gestão do exercício de 2018 Atendimento à Decisão Normativa do TCU	3	Prestar informações e Emitir o Parecer de Auditoria Interna.	Emissão de parecer sobre aspectos demandados pelo TCU, relativo as contas da gestão da EPL do exercício de 2018.	Obrigatoriedade em regulamento do TCU, informações relevantes sob a responsabilidade da Auditoria Interna.	02 a 24/05	2	17	8	272	IN/TCU nº 63/2010 DN/TCU nº 161/2017; Portaria TCU sobre as contas para o exercício; Sistema e-contas – TCU; e
Processos da área meio Licitações e Contratos	4	Análise dos processos licitatórios e contratos escolhidos por amostragem, conforme critérios de relevância, risco e materialidade, com destaque para: licitações de grande vulto realizadas ao final do exercício anterior; pregão que tenha por objeto o registro de preços; adesões à ata de registro de preços realizadas no fim do exercício	Verificar os processos, as rotinas e a aplicação das normas existentes, a conformidade dos atos, os sistemas utilizados.	Riscos de irregularidade nos processos licitatórios, podendo ocasionar compras e contratações indevidas, ocasionando má administração dos recursos. A relevância da auditoria em Licitações e Contratos é essencial para assegurar o cumprimento da legislação vigente e avaliar a utilização de recursos públicos.	02/05 a 09/07	2	48	8	768	Lei nº 13.303 de 30/06/2016 e demais legislação pertinente ao assunto
Processos da área finalística Contratos de elaboração de estudos de engenharia e da área de meio ambiente	5	Processos, rotinas e conformidades nas áreas finalísticas da Empresa envolvendo os contratos de elaboração de estudos de engenharia visando a concessão de trechos rodoviários e da área de meio ambiente.	Verificar os processos, as rotinas e as normas aplicadas; cumprimento dos termos ajustados e avaliar os resultados alcançados.  Identificar potenciais riscos e fragilidades dos processos que possam prejudicar ou inviabilizar o desenvolvimento da missão institucional da Empresa	Riscos de fragilidade e ausência na implementação e no cumprimento dos projetos governamentais de concessões e de licenciamento ambiental. Há relevância, na medida em que novos preceitos e programas foram estipulados, bem como nova competência foi atribuída à EPL, a teor do Programa de Parceria e Investimentos – PPI.	17/05 a 21/012	3	154	8	3696	Planejamento estratégico (PPI e EPL); termos de ajustes; e legislação correlata
Ação de Controle Indicadores de Desempenho	6	Atestar a integridade e confiabilidade dos indicadores de desempenho e o cumprimento dos objetivos estratégicos	Avaliar: os resultados alcançados pela empresa em comparação aos índices previstos no Planejamento Estratégico; a adequação dos indicadores de desempenho em relação ao que a empresa pretende medir e ao respectivo Objetivo Estratégico; e a confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo do indicador	Os indicadores medem resultado da empresa, a através deles é possível acompanhar se metas traçadas foram alcançadas	05 a 26/08	2	16	8	256	Planejamento Estratégico; Indicadores de desempenho

Conselhos e Comitês	7	Assessorar o Conselho de Administração na tomada de decisão e no cumprimento de sua missão institucional. Assessorar o Comitê de Auditoria de acordo com a Lei 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016 e disposições estatutárias. 3) Auxiliar o Conselho Fiscal no cumprimento de sua missão institucional.	Assessoramento aos Conselhos e Comitê de Auditoria no desempenho e na eficácia de suas atividades.	Auxiliar a missão dos Conselhos de Administração e Fiscal e o Comitê de Auditoria	Durante o exercício (Ao menos 1 reunião mensal para cada Colegiado)	2	36	3	216	Leis nº 8.404/76; 13.303/2016 e nº 12.743/2012; Estatuto Social e Regimentos da EPL Processos da EPL
Elaboração do PAINT/2019 Atendimento IN/CGU nº 09/2018	8	Elaboração das metas, planos, objetivos, programas e políticas, planejamento do plano de trabalho para o próximo exercício.	Atender a IN/CGU nº 9, de 09/10/2018	O risco ocorre no descumprimento da legislação vigente. Relevância quanto a sistematização das atividades para o desenvolvimento das atividades de auditoria durante o exercício.	23/09 a 11/10	2	15	8	240	Instrução Normativa/CGU nº 09 de 09/10/2018
Acompanhamento e monitoramento de providências Atendimento a IN/CGU nº 03/2017	9	Acompanhamento de providências em relação as recomendações de auditorias de exercício anteriores emitidas pela Audint e pela CGU/Ciset/PR	Monitoramento	O cumprimento às recomendações constitui o adimplemento pelos gestores das ações corretivas e implementadoras conferindo a segurança, efetividade e melhores práticas dos processos e, por fim, a melhoria dos seus controles internos e a mitigação de riscos.	Durante o exercício	2	10	8	160	IN/CGU nº 03/2017 IN/CGU nº 9/2018 Planos de acompanhamento
Capacitação da equipe	10	-	Atender a IN/CGU nº 9, de 09/10/2018	Capacitar os colaboradores da Audint para a execução de seus trabalhos, bem como propiciar um conhecimento mais aprofundado nas matérias relacionadas, tendo como resultado um aprimoramento da capacitação técnica de seu quadro.	Durante o exercício	4	10	8	320	-
Reserva Técnica	11	-	Atividades de assessoramento a alta Administração da EPL; Reuniões de Grupos de Trabalho; Emissão de Pareceres, Notas e Informes de Auditoria etc.	Assessoramento	Durante o exercício	1	32	8	256	-



Empresa de Planejamento e Logística S.A.  
Auditoria Interna

Demanda Externa	12	-	Acompanhamento de trabalhos de auditoria dos Órgãos de Controle Interno	Assessoramento	Durante o exercício	1	21	8	168	-
		-	Acompanhamento de diligências dos Órgãos de Controle Interno	Assessoramento	Durante o exercício	1	20	8	160	-
		-	Acompanhamento de diligências dos Órgãos de Controle Externo	Assessoramento	Durante o exercício	1	20	8	160	-
		-	Acompanhamento de determinações e recomendações dos Órgãos de Controle Externo	Assessoramento	Durante o exercício	1	20	8	160	-
TOTAL DE HOMENS/HORA .....									7.392	

## 6 - ANEXO II - LEVANTAMENTO DE RISCOS - ÁREA FINALÍSTICA

### 6.1 - GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA - GEINF

Iniciativa Estratégica	Identificação	Categorização	Classificação	Probabilidade	Impacto	Avaliação	Resposta	Mitigação	Plano de Ação	Prazo	Responsável
Ex. Nome do Projeto	Qual é o risco	Ambiental, Conformidade, Econômico...	Estratégico, Financeiro, Operacional...	Valor de 0-5	Valor de 0-5	Somatório Probabilidade e impacto	ACEITAR Mitigar ou Reduzir Transferir ou compartilhar Evitar	O que fazer?	Como fazer?	Quando fazer?	Quem fará?
1. Contratação de Estudos e Projetos	1.1 Não ter orçamento	Econômico	Financeiro	3	5	ALTO	MITIGAR	Gestão junto ao ministério dos transportes para possibilitar a contratação de estudos pela EPL	Priorizar no orçamento da EPL a contratação de estudos	1 ano anterior do Orçamento	Diretoria
	1.2 Publicações de PMI's pelo MTPA	Econômico	Estratégico	3	3	MÉDIO	REDUZIR	Gestão junto ao ministério dos transportes para possibilitar a contratação de estudos pela EPL	Demonstrar a capacidade técnica da EPL para contratação e elaboração de estudos técnicos	Contínuo	Diretoria em conjunto com a Gerência
	1.3 Equipe reduzida para análise dos estudos	Pessoal	Estratégico	4	4	ALTO	MITIGAR	Contratação de pessoal; readequação do quadro de pessoal da EPL	Ação em conjunto junto à GEPES; contratação de gerenciamento de projetos	Contínuo	Diretoria em conjunto com a Gerência
	1.4 Falta de Carteira de Projetos	Conformidade	Estratégico	3	4	ALTO	MITIGAR	Gestão junto à GEPDL para a conclusão do PNL	Instituir o Comitê (?) para propor soluções logísticas junto ao PNL de forma se obter a Carteira de Projetos	Contínuo	Diretoria em conjunto com as Gerências (GEINF e GEPDL)
	1.5 Forma de contratação							Pré qualificação - Lei das Estatais 13.303/2016			
2. Monitoramento e análise de estudos	2.1 Qualidade dos estudos	Conformidade	Estratégico	2	4	MÉDIO	MITIGAR	Acompanhamento técnico na elaboração dos estudos	Equipe técnica qualificada com atuação contínua na elaboração dos estudos.	Contínuo	GEINF
	2.2 Prazo de análise dos estudos	Conformidade	Estratégico	4	4	ALTO	REDUZIR	Priorização adequada da carteira de projetos	Alinhamento entre o MTPA, SPPI e EPL para definição de prioridades	Contínuo	Diretoria

3. Estruturação de Projetos	3.1 Projeto sem atratividades	Econômico	Estratégico e Financeiro	2	4	MEDIO	ACEITAR	Ação junto ao MTPA para solucionar os gargalos identificados na carteira de projetos	Contratação de obra pública, PPP	A cada projeto	GEINF e Diretoria
	3.2 Financiabilidade do projeto	Econômico	Estratégico e Financeiro	2	3	BAIXO	MITIGAR	Apresentar o projeto junto aos bancos financiadores	Durante a estruturação de projetos realizar reuniões junto as instituições financeiras de forma a ter um alinhamento de premissas do projeto.	A cada projeto	GEINF e Diretoria

## 6.2 - GERÊNCIA DE MOBILIDADE - GEMOB

Iniciativa Estratégica	Identificação	Categorização	Classificação	Probabilidade	Impacto	Avaliação	Resposta	Mitigação	Plano de Ação	Prazo	Responsável
Ex. Nome do Projeto	Qual é o risco	Ambiental, Conformidade Econômico, Pessoal, Tecnológico	Estratégico, Financeiro, Operacional, Segurança da Informação, Fraude e Corrupção	Valor de 0-5	Valor de 0-5	Multiplicação Probabilidade e impacto	<b>Aceitar</b> Mitigar ou reduzir Transferir ou compartilhar Evitar	O que fazer?	Como fazer?	Quando fazer?	Quem fará?
1. Acordo de Cooperação Técnica nº 3/17 - Fundação Dom Cabral.	1.1 Não recebimento dos produtos no prazo previsto	Conformidade	Operacional	3	2	6	Mitigar	Monitorar prazos e Estabelecer comunicação eficiente.	Planilhas de controle, Alertar/Comunicar responsáveis (e substituto) por e-mail, telefone, ofícios, etc.	Conforme cronograma	COMOB
	1.2 Obter produto insatisfatório	Conformidade	Operacional	2	4	8	Mitigar	Monitorar atividades parciais.	Solicitar documentos parciais. Realizar reuniões.	Conforme cronograma	COMOB
2. Utilização do Software Quantm.	2.1 Base de dados (inputs) indisponível / parcialm. disponível / desatualizada	Tecnológico	Operacional	4	4	16	Mitigar	Providenciar bases atualizadas e compatíveis.	Criar GT para diagnosticar e definir metodologias, solicitar informações de parceiros e gerar bases satisfatórias.	Conforme diagnóstico.	Gerências DPL
	2.2 Demanda de uso do software incompatível (alta/baixa)	Tecnológico	Operacional	4	4	16	Mitigar	Elaborar plano para uso do software.	Criar GT para planejar o uso do software.	30/06/2018	Gerências DPL com coordenação GEMOB
	2.3 Capacidade de processamento insuficiente	Tecnológico	Operacional	3	4	12	Mitigar	Dispor de parque tecnológico que atenda as necessidades de processamento	Avaliar situação e estabelecer providências e prioridades.	30/08/2018	Gerências DPL e GELTI
	2.4 Comprometimento de profissional qualificado em atividades rotineiras e não automatizadas	Pessoal	Operacional	5	4	20	Mitigar	Criar mecanismos automatizados para execução de rotinas operacionais.	Estabelecer plano de trabalho para automação de rotinas junto a contratos para esse fim.	30/08/2018	Gerências DPL, coordenado pela CONIL

	2.5 Limitação no número de profissionais capacitados	Pessoal	Operacional	4	4	16	Mitigar	Treinar novos colaboradores	Definir plano de capacitação para esse fim.	30/08/2018	Gerências DPL e GEPES
	2.6 Interrupção de funcionamento do servidor	Tecnológico	Operacional	1	3	3	Reduzir	Verificar o protocolo de atuação nos casos de risco identificado.	Avaliar procedimento de monitoramento do servidor.	30/08/2018	GELTI
	2.7 Reinicialização do servidor	Tecnológico	Operacional	1	3	3	Reduzir	Verificar política de atualização do servidor.	Avaliar procedimento de atualização programada do servidor.	30/08/2018	GELTI
	2.8 Esgotamento da capacidade de processamento por acessos simultâneos de usuários	Tecnológico	Operacional	3	4	12	Mitigar	Criar mecanismo de monitoramento do uso da capacidade de processamento do servidor a ser visualizado de forma simultânea aos usuários com acesso remoto ao servidor dedicado ao QUANTM.	Criar rotina para que os usuários tenham acesso à utilização da capacidade de processamento em qualquer dos usuários com acesso remoto autorizado ao servidor dedicado ao QUANTM.	30/08/2018	GELTI
	2.9 Falta de biblioteca atualizada de custos de Ferrovias e Rodovias no QUANTM.	Pessoal	Operacional	5	5	25	Mitigar	Definir a biblioteca de custos rodoviários e ferroviários da EPL.	Criar um grupo de trabalho com integrantes das áreas financeiras da EPL, capacitados para o uso do QUANTM para desenvolver a biblioteca de custos.	Urgente	GEMOB, GEPDL, GEINF
	2.10 Inexistência dos projetos típicos das seções transversais de Rodovias (pista simples e pista dupla) e Ferrovias (via simples, via dupla e pátios).	Pessoal	Operacional	4	2	8	Mitigar	Definir as seções transversais.	Criar um grupo de trabalho com integrantes das áreas financeiras da EPL, para desenvolver as seções típicas.	Urgente	GEMOB, GEPDL, GEINF
3. Ligação de Transporte de Passageiros Brasília-Luziânia	3.1 Indisponibilidade de recursos em tempo hábil.	Econômico	Financeiro	5	5	25	Mitigar	Verificar a viabilidade de execução no ACTI nº 13/2013.	Realizar consultas prévias no âmbito do ACT.	Urgente	DPL, com apoio GEMOB
	3.2 Articulação institucional ineficaz entre GO, DF, ANTT, MCID e EPL.	Conformidade	Estratégico	4	5	20	Mitigar	-Celebração de ACT com entidades visando contemplar escopo do estudo. -Monitorar prazos e compromissos.	Estabelecer com os entes envolvidos interlocutores, compromissos, prazos e rotinas de monitoramento.	Urgente	GEMOB
4. Avaliação de Externalidades no Transporte Ferroviário de Passageiros (TFP).	4.1 Indisponibilidade de recursos.	Econômico	Financeiro	5	3	15	Mitigar	Verificar a viabilidade de execução no ACTI nº 13/2013.	Realizar consultas prévias no âmbito do ACT.	Urgente	DPL, com apoio GEMOB

5. Ligação Ferroviária de Passageiros Brasília - Goiânia.	5.1 Articulação institucional ineficaz.	Conformidade	Estratégico	4	5	20	Mitigar	-Estabelecer articulação com entidades visando contemplar escopo do estudo. -Monitorar prazos e compromissos.	Estabelecer com os entes envolvidos interlocutores, prazos e rotinas de monitoramento.	Urgente	GEMOB
	5.2 Indecisões por parte dos demais atores.	Econômico	Estratégico	5	5	25	Mitigar	Estabelecer ambiente de decisão próprio.	Elaborar subsídios para tomada de decisão, articular com os órgãos competentes.	Urgente	EPL
	5.3 Tempo para dedicação à iniciativa insuficiente.	Pessoal	Operacional	5	5	25	Mitigar	Reavaliar força de trabalho e prioridades.	-Reforçar equipe GEMOB "-Criar GT interno na DPL "-Rever prioridades conforme cronograma	Urgente	DPL
	5.4 Articulação interna ineficaz.	Pessoal	Operacional	4	5	20	Mitigar	Estabelecer compromissos internos.	Sensibilizar equipes e realizar reuniões.	Urgente	DPL
	5.5 Indisponibilidade de recursos em tempo hábil.	Econômico	Financeiro	5	5	25	Mitigar	Elaborar planej. detalhado e estrut. projeto para acompanh. e contr. ações e articul. entre as áreas.	Estruturar projeto com apoio da ASSEO	Urgente	DPL, com apoio GEMOB
6. Plano Diretor Nacional de Transporte Ferroviário de Passageiros.	6.1 Indisponibilidade de recursos.	Econômico	Financeiro	5	3	15	Mitigar	Verificar a viabilidade de execução no ACTI nº 13/2013.	Realizar consultas prévias no âmbito do ACT.	Urgente	DPL, com apoio GEMOB
7. Descentralização CBTU BH e Reestruturação CBTU.	7.1 Articulação institucional ineficaz com os atores envolvidos.	Conformidade	Operacional	5	2	10	Aceitar	Articulação com a SDI/MPDG e MCID visando contemplar escopo do estudo.	Consultar o PPI quanto a continuidade da ação.	30/07/2018	DPL
8. TED nº 1/16 IPEA & EPL Matriz OD Passageiros.	8.1 Descontinuidade da iniciativa / Perda de interesse.	Conformidade	Operacional	5	3	15	Mitigar	Convencimento interno superior	Expor vantagens e benefícios da iniciativa e necessidades para atuação.	30/07/2018	GEMOB
	8.2 Informações insuficientes para execução dos trabalhos	Conformidade	Operacional	4	5	20	Mitigar	-Articular com instituições estratégicas "-Recorrer a inovação tecnológica	Convencer parceiros estratégicos Elaborar Planos de Trabalho sobre inovação tecnológica	30/07/2018	GEMOB
9. ACT nº 1/17 MTPA Corredores Estratégicos de Passageiros.	9.1 Descontinuidade da iniciativa / Perda de interesse	Conformidade	Operacional	2	3	6	Mitigar	Convencimento interno superior	Expor vantagens e benefícios da iniciativa e necessidades para atuação.	30/07/2018	GEMOB
	9.2 Informações insuficientes para execução dos trabalhos	Conformidade	Operacional	4	5	20	Mitigar	-Articular com instituições estratégicas "-Recorrer a inovação tecnológica	Convencer parceiros estratégicos Elaborar Planos de Trabalho sobre inovação tecnológica	30/07/2018	GEMOB

10. ACT nº 7/17 EPL & SINFRAMTPA (Mato Grosso).	10.1 Não aprovação das ampliações de prazo e de escopo de interesse da GEMOB.	Conformidade	Operacional	3	4	12	Aceitar	Novo ACT de interesse da GEMOB.	Elaborar nova proposta de ACT contemplando o escopo de interesse da GEMOB e prazo desejado.	30/07/2018	GEMOB
11. Plano de Mobilidade da RM de Belo Horizonte.	11.1 Tempo para dedicação à iniciativa insuficiente.	Pessoal	Operacional	2	4	8	Mitigar	Solicitar cronograma das reuniões e atividades	Planejar com antecedência a participação	30/07/2018	GEMOB
	11.2 Descontinuidade da iniciativa / Perda de interesse.	Conformidade	Operacional	4	5	20	Mitigar	Convencimento interno superior	Expor vantagens e benefícios da iniciativa e necessidades para atuação.	30/07/2018	GEMOB
	11.3 Ausência de recursos financeiros para viagens.	Econômico	Financeiro	4	5	20	Mitigar	Convencimento interno superior	Expor vantagens e benefícios da iniciativa e necessidades para atuação.	30/07/2018	GEMOB
12. Apoio ao Observatório Nacional de Transporte e Logística	12.1 Tempo para dedicação à iniciativa insuficiente.	Pessoal	Operacional	2	4	8	Mitigar	Solicitar cronograma dos produtos do ONTL.	Reunião com ONTL.	30/06/2018	GEMOB
	12.2 Qualidade da base de dados insatisfatória.	Conformidade	Operacional	5	4	20	Mitigar	- Analisar previamente os dados. "- Reunir com a fonte.	Contactar a fonte previamente para buscar alinhar entendimentos e soluções.	30/07/2018	CONIL/GEMOB
	12.3 Disponibilização tardia da base de dados.	Conformidade	Operacional	2	4	8	Mitigar	- Solicitar dados e estabelecer prazos compatíveis com o trabalho. "- Monitorar prazos.	Estabelecer cronograma e executar conforme planejado. Combinar prazos e contactar fontes.	Conforme cronograma da CONIL.	CONIL/GEMOB
	12.4 Relacionamento insatisfatório com as fontes de dados.	Conformidade	Operacional	3	3	9	Mitigar	Estabelecer bom relacionamento	Contactar com antecedência as fontes. Esclarecer os trabalhos.	Conforme cronograma da CONIL.	CONIL/GEMOB
13. ACT CIDADES/Secom de Belo Horizonte (SEMOP) & EPL	13.1 Articulação institucional ineficaz.	Conformidade	Estratégico	3	5	15	Mitigar	-Estabelecer mecanismo de articulação desburocratizada e célere. "-Monitorar prazos e compromissos.	Estabelecer com a SEMOB compromissos, prazos e rotinas de monitoramento.	30/06/2018	GEMOB
	13.2 Indecisões por parte dos atores envolvidos.	Conformidade	Estratégico	3	5	15	Mitigar	Estabelecer ambiente de decisão próprio.	Elaborar subsídios para tomada de decisão, articular com os órgãos competentes.	Conforme cronograma.	EPL
	13.3 Tempo para dedicação à iniciativa insuficiente.	Pessoal	Operacional	5	5	25	Mitigar	Reavaliar força de trabalho e prioridades.	-Reforçar equipe GEMOB "-Criar GT interno na DPL "-Rever prioridades conforme cronograma	Urgente	DPL
	13.4 Articulação interna ineficaz.	Pessoal	Operacional	4	5	20	Mitigar	Estabelecer compromissos internos.	Sensibilizar equipes e realizar reuniões.	Urgente	DPL



14. Proposta de ACT TECSOFT & EPL Big data de Telefonia Móvel	14.1 Postergação da assinatura do ACT.	Conformidade	Operacional	4	2	8	Mitigar	Articular com pessoas estratégicas.	Estar atento aos elementos necessários à assinatura. Contactar os responsáveis.	Monitoramento constante dos processos e das agendas.	GEMOB
15. Proposta de ACT Prof. Juiz de Fora & EPL	15.1 Postergação da assinatura do ACT.	Conformidade	Operacional	4	3	12	Mitigar	Articular com pessoas estratégicas.	Estar atento aos elementos necessários à assinatura. Contactar os responsáveis.	Monitoramento constante dos processos e das agendas.	GEMOB
16. ACT UNICEUB & EPL	16.1 Postergação da assinatura do ACT.	Conformidade	Operacional	4	2	8	Mitigar	Articular com pessoas estratégicas.	Estar atento aos elementos necessários à assinatura. Contactar os responsáveis.	Monitoramento constante dos processos e das agendas.	GEMOB
17. Transporte Hidroviário de Passageiros	17.1 Descontinuidade da iniciativa / Perda de interesse.	Conformidade	Operacional	4	3	12	Mitigar	- Convencimento interno superior "- Propor Plano de Trabalho	Expor vantagens e benefícios da iniciativa e necessidades para atuação. Elaborar e apresentar Plano de Trabalho.	Sem urgência.	GEMOB
18. Indicadores de Serviços de Transportes	18.1 Descontinuidade da iniciativa / Perda de interesse.	Conformidade	Operacional	4	3	12	Mitigar	- Convencimento interno superior "- Propor Plano de Trabalho	Expor vantagens e benefícios da iniciativa e necessidades para atuação. Elaborar e apresentar Plano de Trabalho.	Sem urgência.	GEMOB
19. Trechos Remanescentes - Renovação das Concessões Ferroviárias	19.1 Desinteresse ANTT/MTPA na articulação/condução do processo.	Conformidade	Operacional	2	4	8	Mitigar	Adequação dos ACT com ANTT e MTPA visando contemplar escopo do estudo.	Contactar responsáveis. Nivelar informação. Elaborar aditivo ao ACTs.	31/09/2018	GEMOB / DPL / EPL
	19.2 Interface insatisfatória entre ANTT e MTPA.	Conformidade	Operacional	4	3	12	Mitigar	Adequação dos ACT com ANTT e MTPA visando contemplar escopo do estudo.	Contactar responsáveis. Nivelar informação. Elaborar aditivo ao ACTs.	31/09/2018	GEMOB / DPL / EPL
20. Política e Modicidade Tarifária	20.1 Descontinuidade da iniciativa / Perda de interesse.	Conformidade	Operacional	4	5	20	Mitigar	- Convencimento interno superior "- Propor Plano de Trabalho	Expor vantagens e benefícios da iniciativa e necessidades para atuação. Elaborar e apresentar Plano de Trabalho.	Sem urgência.	GEMOB

### 6.3 - GERÊNCIA DE NEGÓCIOS - GENEC

Iniciativa Estratégica	Identificação	Categorização	Classificação	Probabilidade	Impacto	Avaliação	Resposta	Mitigação	Plano de Ação	Prazo	Responsável
Nome do Projeto	Qual é o risco	Ambiental, Econômico, Conformidade	Estratégico, Financeiro, Operacional,...	Valor de 0-5	Valor de 0-5	Somatório Probabilidade e impacto	Aceitar Mitigar ou Transferir ou Compartilhar Evitar	O que fazer?	Como fazer?	Quando fazer?	Quem fará?
1. Contratação e acompanhamento de estudos e projetos	1.1 Equipe em número e perfil suficiente para acompanhamento dos projetos	Pessoal	Estratégico	5	4	Muito Alto	Eliminar	Gestão junto à alta administração da EPL para redução na rotatividade de pessoal e melhora na retenção de talentos	Demonstrar à alta direção da EPL a necessidade de ampliação do quadro de pessoal da área	Continuamente até a solução do déficit de pessoas	Gerente
	1.2 Perda de talentos essenciais à continuidade dos projetos	Pessoal	Estratégico	3	4	Alto	Reduzir	Gestão junto à alta administração da EPL para redução na rotatividade de pessoal e melhora na retenção de talentos	Demonstrar à alta direção da EPL a necessidade de retenção de pessoal pela área	Continuamente	Gerente
	1.3 Falta de recursos orçamentários	Econômico	Financeiro	2	4	Médio	Reduzir	Fazer a adequada previsão dos recursos necessários	Fazer a previsão orçamentária e financeira para os estudos e projetos a serem contratados pela EPL.	No exercício anterior ao da contratação	Gerente; gestor do projeto
	1.3 Qualidade dos estudos	Conformidade	Estratégico e Operacional	2	4	Médio	Reduzir/Mitigar	Melhorar os requisitos e critérios de contratação; melhorar a gestão e acompanhamento da execução do contrato.	Retroalimentar os instrumentos de contratação com experiências anteriores; acompanhar a execução dos contratos; intervir corretivamente sempre que necessário.	Continuamente	Gerente; gestor do contrato; equipe técnica
	1.4 Falta de atratividade dos projetos (licitação deserta)	Econômico	Estratégico	2	3	Médio a Baixo	Aceitar/Mitigar	Caso ocorra, atuar para melhorar a atratividade do projeto	Corrigir eventuais falhas na modelagem nos estudos ou nos documentos jurídicos, para melhorar a atratividade dos projetos.	A cada projeto	Gerente; gestor do contrato; equipe técnica
2. Análise e revisão de estudos e projetos elaborados ou em elaboração	2.1 Equipe em número e perfil suficiente para acompanhamento dos projetos	Pessoal	Estratégico	5	4	Muito Alto	Eliminar	Gestão junto à alta administração da EPL para redução na rotatividade de pessoal e melhora na retenção de talentos	Demonstrar à alta direção da EPL a necessidade de ampliação do quadro de pessoal da área	Continuamente até a solução do déficit de pessoas	Gerente

	2.2 Perda de talentos essenciais à continuidade dos projetos	Pessoal	Estratégico	3	4	Alto	Reduzir	Gestão junto à alta administração da EPL para redução na rotatividade de pessoal e melhora na retenção de talentos	Demonstrar à alta direção da EPL a necessidade de retenção de pessoal pela área	Continuamente	Gerente
	2.3 Prazo insuficiente para análise dos estudos	Conformidade	Estratégico	3	4	Alto	Reduzir	Melhorar a priorização dos projetos, considerando a capacidade de execução.	Alinhamento entre a EPL, SPPI e MTPA.	Continuamente	Gerente
	2.3 Qualidade do estudo elaborado ou em elaboração	Conformidade	Estratégico e Operacional	3	3	Médio	Reduzir	Melhorar os requisitos e critérios de contratação; melhorar a gestão e acompanhamento da execução do projeto	Retroalimentar os instrumentos de contratação com experiências anteriores; acompanhar de perto a execução dos contratos; intervir corretivamente nos projetos deficitários.	Continuamente	Gerente, equipe técnica
	2.4 Dificuldade de manuseio dos arquivos, planilhas e volumes de informações	Tecnológico	Operacional	3	3	Médio	Reduzir	Obter equipamentos adequados e melhorar o uso dos equipamentos disponíveis	Solicitar aquisição de equipamentos adequados; padronizar procedimentos de uso	Ação imediata	Gerente, equipe técnica
	2.5 Falta de atratividade dos projetos (licitação deserta)	Econômico	Estratégico	2	3	Médio a Baixo	Aceitar/Mitigar	Caso ocorra, atuar para melhorar a atratividade do projeto	Corrigir eventuais falhas na modelagem nos estudos ou nos documentos jurídicos, para melhorar a atratividade dos projetos.	A cada projeto	Gerente, equipe técnica
3. Elaboração própria de estudos e projetos	3.1 Equipe em número e perfil suficiente para acompanhamento dos projetos	Pessoal	Estratégico	5	4	Muito Alto	Eliminar	Gestão junto à alta administração da EPL para redução na rotatividade de pessoal e melhora na retenção de talentos	Demonstrar à alta direção da EPL a necessidade de ampliação do quadro de pessoal da área	Continuamente até a solução do déficit de pessoas	Gerente
	3.2 Perda de talentos essenciais à continuidade dos projetos	Pessoal	Estratégico	3	4	Alto	Reduzir	Gestão junto à alta administração da EPL para redução na rotatividade de pessoal e melhora na retenção de talentos	Demonstrar à alta direção da EPL a necessidade de retenção de pessoal pela área	Continuamente	Gerente
	3.3 Baixa cooperação e dificuldade de obtenção de dados	Conformidade	Estratégico e Operacional	2	4	Médio	Reduzir	Melhorar a governança e o alinhamento de interesses entre as partes	Melhorar os instrumentos de governança com SPPI e órgãos setoriais; elaborar cláusulas contratuais que preservem o interesse na cooperação	A cada projeto	Gerente, gestor do projeto

3.4 Falta de atratividade dos projetos (licitação deserta)	Econômico	Estratégico	2	4	Médio	Aceitar/Mitigar	Caso ocorra, atuar para melhorar a atratividade do projeto	Corrigir eventuais falhas na modelagem, nos estudos ou nos documentos jurídicos, para melhorar a atratividade dos projetos.	A cada projeto	Gerente, gestor do contrato, equipe técnica
3.5 Falta de recursos orçamentários	Econômico	Financeiro	2	4	Médio	Reduzir	Gestão junto à direção da EPL e junto ao MP	Solicitar prioridade à execução orçamentária e financeira dos projetos em elaboração na EPL.	A cada projeto	Gerente

#### 6.4 - GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE - GEMAB

Iniciativa Estratégica	Identificação	Categorização	Classificação	Probabilidade	Impacto	Avaliação	Resposta	Mitigação	Plano de Ação	Prazo	Responsável
Ex. Nome do Projeto	Qual é o risco	Ambiental, Conformidade, Econômico	Estratégico, Financeiro, Operacional	Valor de 0-5	Valor de 0-5	Somatório Probabilidade e impacto	Aceitar, Mitigar ou reduzir, Transferir ou compartilhar, Evitar	O que fazer?	Como fazer?	Quando fazer?	Quem fará?
1. Licenciamento Ambiental	1.1. Mudança do nível de prioridade do empreendimento pelo governo	Econômico	Estratégico	3	3	Médio	Transferir	Levar para instância superior	Elaborar Nota Técnica com avaliação físico-financeira dos contratos	Quando mudar a prioridade	GEMAB
	1.2. Descumprimento de prazos legais por parte dos intervenientes e licenciadores	Ambiental, Conformidade e Econômico	Estratégico	5	3	Alto	Compartilhar	Articulação com a Casa Civil para acompanhamento dos prazos do empreendimento Articulação com órgãos para acompanhamento dos prazos Cobrar prazos por meio de ofícios	Participação ativa nas reuniões da Casa Civil Realização de reuniões e contato telefônico com os órgãos Elaboração de ofícios para monitoramento dos prazos	A cada 30 dias	GEMAB
	1.3. Mudança do escopo do projeto por parte do governo	Conformidade e Econômico	Estratégico	3	3	Médio	Transferir	Levar para instância superior Tratar ajustes do licenciamento junto aos órgãos intervenientes e Casa Civil	Envio de expedientes relatando os reflexos da alteração do escopo no projeto	Quando houver mudança	GEMAB
	1.4. Inadimplência dos ressarcimentos dos estudos ambientais	Econômico	Financeiro	2	2	Baixo	Aceitar	Levar para instância superior	Elaborar Nota Técnica com avaliação físico-financeira dos estudos	Quando houver inadimplência	GEMAB

	1.5. Falta de recursos financeiros para realização dos estudos ambientais	Econômico	Financeiro	2	4	Médio	Transferir	Buscar acordos de cooperação técnica e econômica para a realização dos estudos Buscar receitas acessórias (Realizando estudos para outros órgãos/instituições) Levar para instância superior	Discutir plano de ação junto à instância superior	Quando não houver previsão orçamentária suficiente	GEMAB
2. Planejamento Ambiental Estratégico	2.1. Falta de recursos financeiros para implementação do projeto	Econômico	Financeiro	2	5	Médio	Mitigar	Buscar acordos de cooperação técnica e econômica para a realização dos estudos	Discutir plano de ação junto à instância superior	Quando não houver previsão orçamentária suficiente	GEMAB
	2.2. Falta de adesão dos envolvidos	Conformidade e Econômico	Estratégico	3	5	Alto	Evitar	Articulação com órgãos para propiciar a adesão ao projeto Buscar apoio junto à Casa Civil para viabilizar o diálogo com os órgãos envolvidos	Discutir plano de ação junto à instância superior	Quando houver inércia ou negativa por parte dos envolvidos	GEMAB
	2.3. Impossibilidade de formalização de parcerias para desenvolvimento da metodologia	Conformidade e Econômico	Estratégico	2	2	Baixo	Mitigar	Buscar alternativas de ajustes com outras instituições	Discutir plano de ação junto à instância superior	Quando houver impossibilidade na formalização de parceria	GEMAB
	2.4. Falta de patrocínio político para implementação do projeto	Conformidade	Estratégico	3	5	Alto	Compartilhar	Solicitar apoio à DPL para obtenção do patrocínio político necessário	Discutir plano de ação junto à instância superior	Quando não houver patrocínio político	GEMAB/DPL
2.1. Sistema Ambiental Estratégico	2.1.1. Inviabilidade de Desenvolvimento do Sistema Ambiental Estratégico	Conformidade e Econômico	Estratégico e Operacional	2	5	Médio	Mitigar	Tratar com GPD, GELTI e DPL o desenvolvimento do sistema	Realização de reuniões periódicas com os envolvidos	Periodicamente	GEMAB
	2.1.2. Não obtenção dos dados para alimentar o sistema	Conformidade e Econômico	Estratégico e Operacional	2	5	Médio	Mitigar	Articulação junto aos órgãos/instituições detentoras dos dados ambientais	Realizar visitas e reuniões com o público-alvo	Periodicamente	GEMAB
3. Elaboração/Análise do componente ambiental dos estudos de viabilidade	3.1. Indefinição quanto às premissas do estudo	Conformidade e Econômico	Estratégico e Operacional	3	4	Médio	Aceitar	Compartilhar demandas com outras gerências e/ou compartilhar o risco com a Diretoria	Realização de reuniões de ponto de controle para maximizar a efetividade do estudo	Assim que receber o estudo	GEMAB
	3.2. Indefinição de prioridades dos projetos pelo governo	Conformidade e Econômico	Estratégico e Operacional	4	4	Alto	Mitigar	Levar para instância superior	Análise dos impactos nas ações da gerência ocasionados pela mudança de prioridade	Quando ocorrer a mudança de prioridade	GEMAB
	3.3. Falta de recursos humanos para atender às demandas e urgências	Pessoal	Operacional	3	4	Médio	Mitigar	Compartilhar demandas com outras gerências e/ou compartilhar o risco com a Diretoria	Realizando reuniões de alinhamento de necessidades	Quando houver necessidade	GEMAB
	3.4. Ausência de informações e imprecisão dos dados fornecidos para análise	Conformidade e Econômico	Estratégico e Operacional	3	4	Médio	Mitigar	Verificação dos dados junto aos órgãos/instituições	Realização de reuniões de ponto de controle para suprir as deficiências dos dados	Quando houver necessidade	GEMAB

## 6.5 - GERÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO - GEPDL

Iniciativa Estratégica	Identificação	Categorização	Classificação	Probabilidade	Impacto	Avaliação	Resposta	Mitigação	Plano de Ação	Prazo	Responsável
Ex. Nome do Projeto	Qual é o risco	Ambiental, Conformidade, Econômico...	Estratégico, Financeiro, Operacional...	Valor de 0-5	Valor de 0-5	Somatório Probabilidade e impacto	Aceitar, Mitigar ou reduzir, Transferir ou compartilhar, Evitar	O que fazer?	Como fazer?	Quando fazer?	Quem fará?
PNL 2035	Indisponibilidade de rede e travamento das máquinas durante o processo de simulação do software Visum, causando perda de parte do trabalho executado e atraso nas entregas previstas	Tecnológico	Operacional	4	5	Alto	Mitigar	Informar a GELTI e a Hepta sobre os problemas que vem ocorrendo, e buscar em conjunto as soluções de infraestrutura de TI.	Rauníes periódicas para tratar do assunto, abertura de chamados para o suporte toda vez que os erros ocorrem e monitoramento da estação de trabalho (workstation)	Já realizado	Coordenação, Gerência, Direção e Presidência
PNL 2035	Surgimento de atividades paralelas que exijam a participação dos técnicos envolvidos nas simulações dos cenários do PNL, causando atraso nas entregas previstas	Pessoal	Operacional	3	4	Alto	Mitigar	Não criar, receber ou priorizar novas demandas que envolvam atividades de simulação de transportes	Manter a DPL atualizada do andamento do PNL 2035, sempre mostrando que a equipe está trabalhando no limite para entregar o relatório em novembro/2018	Já realizado	Coordenação, Gerência
PNL 2035	Atraso nas reuniões de coleta de subsídios com os órgãos do governo e associações setoriais, ou mudanças de premissas por parte da Diretoria Executiva da EPL, o que acarreta na necessidade de simular novos cenários inviabilizando o prazo de entrega do PNL 2035 ainda em 2018.		Operacional	3	5	Alto	Mitigar	Receber o quanto antes os subsídios e contribuições dos órgãos do governo e associações setoriais para finalizar as simulações de cenários do PNL 2035	Não adiar novamente as reuniões de coleta de subsídios. Em caso de novos adiamentos, avaliar a possibilidade de não realizar mais essas reuniões.	Imediato	Coordenação, Gerência, Direção e Presidência



PNL 2035	Divergência entre os resultados das simulações do PNL 2035 e os já publicados pela EPL em Julho/2018 (PNL 2025), devido as alterações que foram feitas na metodologia de modelagem e na malha de transporte.		Estratégico	4	5	Alto	Aceitar	Aguardar os resultados das simulações dos cenários do PNL 2035.	Caso os resultados do PNL 2035 apresentem divergências em relação aos resultados do PNL 2025, serão identificados os fatores que impactaram nos novos resultados e será demonstrado para a Diretoria as melhorias do novo PNL e a robustez do trabalho que está sendo implementado pelos novos modeladores de transporte da CPLAN/GEPL.	Imediato	Coordenação Gerência
ONTL	Não execução dos procedimentos para a obtenção a recepção e a organização da informação de transporte na EPL, conforme previsto na Norma Interna nº 27/2018	Conformidade	Operacional	3	4	Alto	Mitigar	Atuar junto aos Parceiros - Atores Externos do ONTL	Estabelecendo parcerias, por meio de acordos de cooperação técnica ou firmando compromissos a partir de trocas de oficinas e promovendo ações (reuniões, discussões, estudos, ofertas de contrapartidas de informações) para o compartilhamento dos dados	Imediato	Coordenação Gerência Direção
ONTL	Não manter e disseminar o Sistema Nacional de Informações Logísticas do Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL), conforme previsto no regimento interno	Conformidade	Operacional	3	3	Médio	Mitigar	Intensificar ações com a INECO para especificação do sistema e reforçar a contratação de fábrica de software	Continuidade do projeto com a INECO para que a mesma conclua a especificação da concepção do sistema de informações como previsto em Carta de Acordo, e atuar junto a GELTI para que se dê início aos serviços do contrato de fábrica de software e de fábrica de métricas, por meio do acionamento do Preposto do Contrato para as reuniões iniciais e efetivas disponibilização dos serviços para a abertura de demandas	Imediato	Coordenação Gerência Direção



ONTL	Ausência de pessoal qualificado para o desenvolvimento de atividades especializadas da Coordenação	Pessoal	Operacional	3	3	Medio	Mitigar	Apresentar a proposta de perfis e papéis da equipe de acordo com o modelo de operação especificado pela INECO, o que poderá resultar na contratação de novos provisionados e na capacitação dos profissionais já existentes	Encaminhando a proposta de perfis e papéis à Gerência da GEPDL e à Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento com pedido de adequação	Nos próximos meses	Coordenação, Gerência, Direção
------	--	---------	-------------	---	---	-------	---------	---	--	--------------------	--------------------------------